

O CONHECIMENTO HISTÓRICO E O PENSAMENTO PROFÉTICO-POLÍTICO NAS OBRAS PENTAMONARQUISTAS DE WILLIAM ASPINWALL (1653-1657)

VERÔNICA CALSONI LIMA*

Na Inglaterra do século XVII, para muitos homens e mulheres, a história era o conhecimento das ações de Deus e, “(...) quando bem compreendida, era um processo racional, que revelava os [Seus] propósitos (...)” (HILL, 1988:214). Essa concepção do conhecimento histórico estava presente nas obras de membros de diversos grupos milenaristas que atuaram ativamente na Inglaterra entre os anos de 1640 e 1660, quando se deu a chamada Revolução Inglesa. Nesta comunicação, focar-nos-emos nas percepções temporais e históricas incluídas nas reflexões profético-políticas dos Homens da Quinta Monarquia, seita milenarista que atuou ativamente em Londres entre os anos de 1649 e 1661 (CAPP, 2008a).

O grupo se consolidou nos anos seguintes à morte do monarca Carlos I em 1649, que representou o auge da Revolução Inglesa (*Idem*). Na ocasião, as querelas entre os parlamentaristas e os regalistas – que se acentuaram a partir de 1640 – espalharam-se pelo país, gerando uma guerra civil. Em Janeiro de 1649, Carlos Stuart foi julgado pelo Parlamento, declarado um traidor do povo inglês e foi executado publicamente (HILL, 2012:120-124). Por ter sido a primeira vez em que um rei fora condenado em um ato público, o episódio foi marcado por diversas manifestações e agitações políticas, sociais, intelectuais e religiosas da população (HILL, 1987). Fervilharam reflexões político-religiosas, entre elas, a dos Homens da Quinta Monarquia, segundo os quais todas as crises vivenciadas pela Inglaterra no século XVII eram sinais da concretização de profecias milenaristas de tradição cristã. Conforme os pentamonarquistas, os eventos coevos demonstravam os esforços de Deus contra o Demônio em direção à destruição da quarta monarquia. Baseando-se nas profecias dos Livros de Daniel e do Apocalipse, os membros dessa seita propunham reformular as estruturas sociais, políticas, administrativas e jurídicas vigentes na expectativa de que isso auxiliasse Cristo a instaurar a Quinta e Última Monarquia, na qual haveria mil anos de felicidade antes do Juízo Final (CAPP, 2008a).

* Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Trabalho desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima.

Pentamonarquistas como William Aspinwall, John Rogers, Thomas Venner, John Spittlehouse, Mary Cary, entre outros escreveram sobre a espera pela Segunda Vinda, enfatizando que esta era iminente, pois a situação britânica dava indícios de que a queda da quarta monarquia estava ocorrendo. Para provar a iminência do Milênio, esses autores necessitaram fazer uma apreciação de sua época, uma interpretação do contexto que os cercava para que fosse possível apontar saídas possíveis para a crise inglesa. Para isso, em suas reflexões, os pentamonarquistas faziam uso de concepções históricas e temporais. Ainda que a escrita da história não fosse necessariamente o objeto central das obras dos Homens da Quinta Monarquia, o conhecimento histórico não estava ausente em seu pensamento. Ao contrário disso, as suas reflexões utilizavam noções temporais e históricas pautadas nas Escrituras. Primeiramente, esse recurso à história poderia conferir legitimidade às ideias e aos argumentos (PUMFREY, 1991:49-50) dos pentamonarquistas. Em segundo lugar, o uso das questões temporais pelo grupo era essencial para a elaboração de suas cronologias e prognósticos escatológicos.

Essas questões podem ser abordadas mais detalhadamente quando nos focamos no caso das obras do pentamonarquista William Aspinwall (1605 - c.1662). Aspinwall teve uma trajetória permeada por discussões políticas e religiosas. Na década de 1630, o autor migrou para a América Inglesa (BREMER, 2004), provavelmente impulsionado pela intensificação dos *enclosures* que expropriou muitos homens e mulheres, aumentando os níveis de pobreza (KARNAL, 2007; LIBEBAUGH, REDIKER, 2008); pela perseguição aos protestantes (KARNAL, 2007); e pelos anseios milenaristas (MILLER, 1982) que concebiam a “descoberta” do continente americano como um acontecimento profético, uma vez que esta representava para alguns “(...) um presságio de fim do mundo, já que a humanidade é enfim revelada a si mesma e sua integridade e que o Evangelho é pregado em todas as nações, sinal indubitável da iminência do Juízo Final” (LESTRINGANT, 2006:411).

Aspinwall estabeleceu-se na colônia de Massachusetts Bay, onde participou de intensos debates em torno da organização do governo civil e do poder legislativo na Nova Inglaterra, e das reflexões religiosas, especialmente da controvérsia do antinomianismo (MACLEAR, 1975). Suas convicções políticas e religiosas levaram-no a entrar em conflito

com as autoridades coloniais diversas vezes, até que em 1653, ele acabou deixando a colônia e retornando para a metrópole (ROBBINS, 1988). De volta à Inglaterra, Aspinwall encontrou o país em meio à Revolução Inglesa, que começara há cerca de dez anos antes, na década de 1640. Neste contexto de profundas mudanças no governo, de agitação social e de intensa propagação de textos – sobretudo impressos – produzidos por grupos religiosos que se manifestavam a respeito da situação britânica (CORNS, 2001; ACHINSTEIN, 2001), Aspinwall passou a escrever obras de cunho pentamonarquista.

Entre 1653 e 1657, foram publicados sete textos do autor, argumentando que o Milênio estava próximo e que as crises enfrentadas pela Inglaterra eram realizações de profecias (ASPINWALL, 1656). A Quinta Monarquia, para ele, chegaria em breve e, nela, Cristo seria o legislador e o soberano do governo civil (ASPINWALL, 1653). A partir de análises de sua época, Aspinwall apontou que Carlos I era o pequeno chifre da besta descrita nos sonhos de Daniel e, sua morte, simbolizava um avanço na destruição da quarta monarquia (ASPINWALL, 1655). As Guerras Civas, e a posição do Parlamento e de Oliver Cromwell, neste sentido, foram vistas como atitudes legítimas em defesa do povo inglês contra os atentados de um soberano demoníaco e tirânico (ASPINWALL, 1656).

Aspinwall e os Homens da Quinta Monarquia observavam essas questões e as interpretavam a partir de concepções escatológicas e milenaristas. Era certo que o Milênio estava próximo, mas mais do que isso, para alguns grupos protestantes – sobretudo os pentamonarquistas – a espera por sua chegada não deveria ser passiva (GOODWIN, 1654:58)². Era preciso agir e ajudar nos desígnios divinos para acelerar a Segunda Vinda. Alguns membros da seita, de tendências mais radicais e violentas – como Thomas Venner –, apontavam que era necessário pegar em armas para acabar com o domínio do Anticristo (SOLT, 1961; CAPP, 2008b). Já pensadores mais moderados, como era o caso de Aspinwall, optavam por outras vias, tais como a disseminação de panfletos e sermões com o objetivo de

² A reflexão sobre uma possível aceleração do advento do Milênio não era unânime entre as seitas protestantes. Exemplo disso é a obra intitulada *Peace Protected and Discontent Dis-armed* de John Goodwin, em que o autor critica aqueles que julgam ser necessário aproximar a Segunda Vinda. Para o autor, a data da Quinta Monarquia já foi programada por Deus e, por consequência, é inalterável. As tentativas de acelerar o tempo seriam, para Goodwin, decorrentes daqueles que, insatisfeitos com o governo vigente, recusavam-no e tentavam abalá-lo, o que era prejudicial, visto que poderia culminar na ruína da Inglaterra.

colocar as autoridades terrenas em descrédito, não reconhecendo sua legitimidade (SOLT, 1961:318); e a sugestão de reformas administrativas, políticas, econômicas e sociais com base nas leis divinas (CAPP, 2008a).

Ambas as propostas de ação eram decorrentes das análises profético-políticas dos pentamonarquistas a respeito da situação inglesa. É neste sentido que compreendemos a utilização das concepções de história e de tempo nos escritos dos Homens da Quinta Monarquia como questões essenciais para a organização e a legitimação de seus argumentos, críticas e sugestões. Para elaborar suas reflexões e previsões, os membros da seita baseavam-se na Bíblia, a qual fornecia aos autores o conhecimento do passado sagrado, essencial para a elaboração de suas cronologias e a interpretação das profecias. Deste modo, as revelações bíblicas assumiam o sentido de conhecimento histórico (POCOCK, 1970).

Como demonstrado por Pocock, o pensamento escatológico concebia que o conhecimento de Deus era possível apenas por meio de Seus atos, os quais foram documentados na Bíblia, estabelecendo uma história sagrada. Sendo assim, a perspectiva historiográfica cristã possuía um sentido inescapável, visto que era orientado pela vontade de Deus. Já no século XVI, o luterano Melancton argumentava que o estudo da história, associado ao da Bíblia era benéfico aos homens, pois este lhes permitia verificar as manifestações das profecias e promessas de Deus. Assim, a história – na tradição protestante – servia como ferramenta para a interpretação dos planos divinos, de modo que era possível ligar as narrativas bíblicas aos eventos do passado e do presente, produzindo uma reflexão providencial (CUNNINGHAM, GRELL, 2007:48-50). Essa concepção indicava que a história, assim como o mundo, iniciara-se com o Gênesis, isto é, a Criação realizada por Deus, e terminaria com o Juízo Final. Deste modo, a Salvação era vista como um processo histórico (POCOCK, 1970:161-178) e os textos proféticos permitiam perceber e organizar a história a partir dos estágios que levariam a este fim (GOFF, 1998:2).

Um dos modos de conhecer essas sucessivas etapas do devir histórico dava-se por meio dos estudos cronológicos. Como demonstrado por G. J. Whitrow, “embora a Bíblia não mencione datas, sua cronologia, particularmente a do Antigo Testamento, tornou-se importante a partir da Reforma e das controvérsias teológicas dela resultantes” (WHITROW,

1993:156). As cronologias, todavia, não possibilitavam o conhecimento exato do que aconteceria no futuro, mas ajudariam a prever os eventos vindouros (WEBER, 2000:94).

Nesta perspectiva, a cronologia das quatro monarquias previstas por Daniel era central, uma vez que servia aos anseios especulativos dos protestantes, desde o século XVI, a respeito da Segunda Vinda (CUNNINGHAM, GRELL, 2007:50). No século XVII, o pentamonarquista William Aspinwall também se debruçou sobre os estudos dessa cronologia milenarista. As obras em que o autor explicou profundamente as suas considerações a este respeito foram *An Explication and Application of the Seventeenth Chapter of Daniel* (1654), apresentando as quatro bestas a partir da visão de Daniel, e *The Work of the Age* (1655), tratando da estátua do sonho de Nabucodonosor, também no Livro de Daniel.

Sua interpretação destas profecias, que seguia em parte a exegese consagrada das visões, considerava que a primeira monarquia, ou besta – representada como um leão com asas de águia – era o governo babilônico (ASPINWALL, 1654:21). A feição de leão, segundo Aspinwall, simbolizava a aparente força, coragem e magnificência dos príncipes desse reinado (*Idem*:22). A unidade dessa monarquia – também compreendida pela cabeça de ouro da estátua do sonho de Nabucodonosor (ASPINWALL, 1655:7) – foi abalada. Sua sucessora caracterizava-se pela divisão entre os Medos e Persas, simbolizada pelos dois braços de prata da estátua profética (*Idem, ibidem*) ou pela segunda besta, um urso. Essa divisão não significava uma separação total desses dois impérios, pois “There were two sides, but one Beast” [Haviam dois lados, mas uma Besta] (ASPINWALL, 1654:23)³. A consideração de Aspinwall de que a segunda monarquia comportava dois reinos simultaneamente é essencial para a organização de sua cronologia. Alguns exegetas dessa profecia identificaram esta cisão de modo distinto, propondo que a segunda monarquia fosse a Meda e a terceira, a Persa (GOFF, 1998:7), fornecendo outra possibilidade de leitura histórica dos eventos descritos na Bíblia. Aspinwall preferiu adotar uma das perspectivas mais populares entre os milenaristas (BROWN, 1912:12), percebendo o segundo império como o Medo-Persa. Colocando a segunda besta simultaneamente como os governos Medo e Persa, Aspinwall apontava as etapas da história providencial de modo a culminar em uma datação que lhe permitisse

³ Tradução livre.

afirmar que as décadas que compreenderam a Grande Rebelião eram momentos de realização dos prognósticos bíblicos.

A terceira besta, então, era outra. Esta era representada por um leopardo ou uma pantera; ou o ventre de bronze da estátua de Nabucodonosor (ASPINWALL, 1655:7) e identificada com o império dos gregos (ASPINWALL, 1654:23-24). O leopardo, conforme o pentamonalista, é uma besta pequena, cruel e vigilante, que tira vantagens de viajantes (*Idem, ibidem*). Essa descrição permitia ao autor associar essa monarquia, essencialmente, ao domínio de Alexandre, o grande.

He was a man of an untamable spirit, quick and nimble in his motions, ambitiously aspiring to subdue all the Nations of the world, and vigilant to take all opportunities to effect his designs, and fierce also and furious in prosecuting the same. So that in a few years he conquered the whole world, and then he wept, because he had no more worlds to conquer [Ele era um homem de um espírito indomável, rápido e ágil em seus movimentos, ambiciosamente aspirando subjugar todas as Nações do mundo, e vigilante para aproveitar todas as oportunidades para realizar seus desígnios, e também feroz e furioso em perseguir os mesmos. De modo que em poucos anos ele conquistou o mundo todo, e então ele lamentou, porque ele não tinha mais mundos a conquistar] (Idem:24)⁴.

Alexandre fora considerado por Aspinwall como um soberano cruel e um grande conquistador, tal como a descrição da terceira besta vista por Daniel, que além da aparência de leopardo, possuía quatro asas e quatro cabeças. As quatro asas simbolizavam que este reino havia se estendido por toda a terra, como ocorreu com o processo de expansão grega desencadeada por Alexandre Magno no século IV a.C. Contudo, seu reino não manteve a unidade, dividindo-se em quatro partes, ou quatro cabeças, após a morte do líder macedônico (*Idem, ibidem*).

A monarquia seguinte caracterizava-se pela sua deformidade. Segundo o milenarista, ela combinava a crueldade do leão, do urso e do leopardo, conformando uma besta terrível e inominável (*Idem:24-25*). Tomando a descrição do apóstolo João do Dragão vermelho do

⁴ Tradução livre.

Apocalipse, Aspinwall traça um paralelo com a profecia de Daniel, informando que o quarto império “(...) was like a *Leopard* and his feet as the feet of a *Bear*, and his mouth as a mouth of a *Lion*, Rev.13.1,2. He also had seven Heads, and ten Horns, and ten Crowes upon his Horns, and upon his Heads the names of Blasphemy” [(...) era como um *Leopardo* e seus pés como os pés de um *Urso*, e sua boca como a boca de um *Leão*, Rev.13.1,2. Ele também tinha sete Cabeças, e dez Chifres, e dez Coroas sobre os Chifres, e sobre suas Cabeças os nomes da Blasfêmia] (*Idem*:24). Diferentemente do Dragão de João, entretanto, a visão de Daniel comportava uma besta com dez chifres ao invés dos sete descritos pelo apóstolo. Para Aspinwall isso era explicável porque João deveria ter ficado tremendamente afetado pela visão de algo tão terrível que acabou omitindo alguns dos chifres (*Idem*:25).

O número dez também estava presente no sonho de Nabucodonosor, em que a estátua possuía dois pés e dez dedos de ferro e barro, misturando a força e a durabilidade do metal – que tornariam essa monarquia a mais longa de todas – com a fragilidade da terra – que indicaria a possibilidade de sua ruína (ASPINWALL, 1655:8). Os dez chifres ou dedos simbolizavam as divisões dessa monarquia, identificada como o Império Romano. Sua deformidade indicava a ferocidade desta besta, especialmente, em relação aos santos, aos quais perseguiu fortemente (ASPINWALL, 1654:25). Outra especificidade desta fera seria um dos chifres de suas cabeças, o menor deles, que seria um rei tirano, o qual subjugaria outros três reinos; atentaria contra a religião; faria guerras contra seus três domínios; teria um governo arbitrário e opressor; e finalmente seria decapitado e o poder monárquico seria abolido por meio de um ato público do Estado (*Idem*:26-27). Para Aspinwall, todas essas características podiam ser perfeitamente aplicadas ao caso de Carlos I.

Vale ressaltar que nas descrições de William Aspinwall das quatro monarquias, percebemos as divisões dos reinos são entendidas como características de sua decadência. Apenas a primeira possuía unidade e, por isso, assemelhava-se ao ouro, um metal precioso e admirado. Entretanto, essa união fora perdida com as sucessivas cisões dos impérios subsequentes, mostrando a decadência dos reinos mundanos com o passar do tempo. Esses governos estavam fadados à destruição e isso é demonstrado por suas seguidas separações. Para Aspinwall, a unidade de governo seria essencial, uma vez que esta era uma das

características da Quinta e Última Monarquia. O Reino de Cristo, conforme o pentamonarquista, seria universal: “(...) this *Government* should spread it self into all the quarters of Heaven, East, West, North & South: So extensive should the *Government* be, and so also should be the peace of the same (...)” [(...) esse *Governo* deve se espalhar por todos os cantos do Céu, do Leste, do Oeste, do Norte & do Sul: Tão extenso deve ser esse Governo, quanto também deve ser a paz do mesmo (...)] (ASPINWALL, 1656:4)⁵.

Assim, para ele, a unidade, fundamental para a manutenção e sobrevivência de um governo, só seria possível na monarquia reinada por Cristo, perfeita e, portanto, eterna. Em comparação à magnificência do governo de Jesus, os reinos terrenos eram falhos, pois tinham sua origem ligada às forças demoníacas. Sendo assim, o autor pregava a necessidade de as instituições e os poderes reais serem abolidos (ASPINWALL, 1654:29), opondo-se aos soberanos mundanos que, em sua opinião, eram anticristãos. A única autoridade legítima era a de Cristo, a qual seria universal e infundável. As cisões no governo, neste sentido, não eram provenientes de uma administração divina, e demarcavam a decadência das forças anticristãs das quatro outras monarquias.

Os estágios das destruições sequenciais desses impérios (ou bestas), aplicados por Aspinwall aos eventos do passado e do seu presente demonstram um fio condutor de seu pensamento histórico: o da Salvação. O sentido dado à história, pelo autor, mostra os abalos no domínio do Anticristo no passado e no presente, que lhe permitem prever que no futuro este será definitivamente destruído. Os seus cálculos para a queda do Anticristo apontavam para o ano de 1673 (ASPINWALL, 1653:14), quando os 1260 anos de duração da quarta monarquia, isto é, o período descrito na Bíblia como “time, times, and halfe a time” [tempo, tempos, e metade de um tempo] (ASPINWALL, 1654:33)⁶ se encerrariam.

Essa duração profética do domínio da última besta suscitou uma série de estudos escatológicos que combinavam a história, a matemática e a astrologia (WEBER, 2000), procurando determinar quando se daria a destruição da quarta monarquia. Joseph Mede, estudioso proeminente e conhecido à época, utilizou o princípio da *analogia fidei*, segundo o qual as Escrituras nunca se contradizem porque, no limite, possuem um único autor, isto é,

⁵ Tradução livre.

⁶ Tradução livre.

Deus; deste modo, todos os seus trechos podem se relacionar. Tendo esse recurso em vista, Mede sincronizou as profecias de I Timóteo, Daniel e Apocalipse, indicando que todas falavam de um mesmo evento e, portanto, poderiam auxiliar a compreender o significado do “time, times, and half a time”, possibilitando prever quando se daria a chegada do Milênio (JUE, 2006).

Aspinwall, em seus escritos, argumentava sobre a proximidade da Quinta Monarquia com base na autoridade da Bíblia e da história sagrada, para sustentar suas concepções cronológicas. As Escrituras eram, de fato, a fonte de conhecimento histórico principal do autor, por serem consideradas mais verdadeiras do que as produções seculares, sobretudo, as de pensadores da Antiguidade Clássica. Ao fim de *The Work of the Age*, Aspinwall confronta sua leitura da cronologia das quatro monarquias/bestas com a história profana dos gregos e encontrou uma discrepância na contagem dos soberanos que existiram entre Ciro da Pérsia e Alexandre Magno (ASPINWALL, 1655:49). Para Aspinwall, os historiadores clássicos estavam equivocados ao afirmarem que existiram treze reis depois do governo de Ciro; enquanto o anjo que apareceu para Daniel em seu sonho, lhe disse que houve apenas quatro monarcas, dos quais o último era muito rico e provocou o soberano grego, Alexandre, que levou o governante persa à ruína (*Idem*:50). Confrontado com esta oposição, o pentamonarquista lançou o seguinte questionamento aos seus leitores:

*Now let every understanding Christian weigh the Angels words, and that the words of the Greek Historians. The Angel tells you of a truth, that there shall be but four Princes in Persia after Cyrus, untill Alexander, Herodotus, Diodorus Siculus, Metasthenes, and other Greek Writers, and others that follow after them, say, there were thirteen from Cyrus to Alexander, chuse you whether you will beleeve. [Agora vá todo Cristão esclarecido pesar as palavras dos Anjos, e aquelas palavras dos Historiadores Gregos. O Anjo lhe diz uma verdade, que não deve haver mais que quatro Príncipes na Pérsia depois de Ciro, até Alexandre, Heródoto, Diodoro Sículo, Megástenes, e outros Escritores Gregos, e outros que os seguem depois deles, dizem que houve treze de Ciro a Alexandre, escolha qual acreditará] (*Idem*:51)⁷.*

7

Tradução livre.

Conforme o milenarista, o anjo seria mais confiável que os historiadores profanos, uma vez que seu objetivo era iluminar Daniel, trazendo-lhe a verdade (*Idem*:51-52), diferentemente dos gregos, que poderiam falar mentiras, por serem profanos e não estarem comprometidos com os desígnios de Deus. Neste sentido, para o autor, era mais plausível considerar as afirmações dos anjos para prosseguir com suas datações sobre o fim de cada uma das monarquias terrenas.

Essa desconfiança de Aspinwall a respeito dos autores da Antiguidade Clássica fazia parte de uma das tendências do pensamento moderno, influenciada pelas ideias dos reformadores protestantes. Já no século XVI, Lutero considerava que o pensamento de Aristóteles não era voltado para o sagrado e Calvino era contrário à aproximação de Santo Agostinho das discussões de Platão, pois os gregos eram pagãos (PUMFREY, 1991). Essas reflexões iniciadas no período da Reforma propuseram novos questionamentos a respeito do saber na Idade Moderna. No século XVII, a partir da década de 1650, essas inquietações trouxeram um novo problema aos filósofos e aos demais pensadores: qual seria a autoridade do conhecimento? (*Idem*:48-49) Por um lado, alguns argumentaram que a tradição dos antigos era desprivilegiada em relação às reflexões modernas, afirmando um progresso do saber das civilizações com o passar do tempo. Nesta perspectiva, o passado era visto como uma infância, enquanto o presente – isto é, a Época Moderna – encontrava-se em um estágio mais “evoluído” (*Idem*:63-67). Por outro lado, houve reflexões que se preocuparam em elaborar diferentes justificativas para o uso das obras antigas, mas não necessariamente as do Período Clássico. Uma dessas explicações, segundo Stephen Pumfrey, considerava que o conhecimento havia chegado aos gregos por meio da transmissão, de geração para geração, das palavras de Moisés. Neste sentido, as ideias dos pensadores clássicos tinham uma origem divina que permitia que seus textos continuassem a ser considerados como autoridades. Já algumas vertentes protestantes optaram por afastar-se da leitura dos gregos e utilizarem os textos bíblicos – mais confiáveis por serem as palavras Deus –, propondo que as reflexões científicas e filosóficas se baseassem nas Escrituras (*Idem*:61).

Francis Bacon, filósofo contemporâneo a William Aspinwall, foi um dos grandes expoentes dessa perspectiva científica e filosófica protestante. Para ele, Aristóteles era o

Anticristo e o pensamento dos gregos era tido como estéril, pois tinha “(...) a pretensão de encerrar, dentro da particularidade de um princípio e de uma doutrina, a universalidade do saber e a totalidade da natureza” (ROSSI, 1992:65). O entendimento da criação de Deus, isto é, da natureza, era corrompido por essa tradição profana. Além dos antigos, os escolásticos também foram apontados por Bacon como agentes que se desviaram do conhecimento verdadeiro, pois se basearam nos autores clássicos (*Idem*). A rejeição do aristotelismo por parte deste filósofo implicava na busca de novos métodos e teorias científicas. Todavia, Bacon preocupava-se em fazer com que suas inovações se encaixassem nas determinações das Escrituras. Um de seus argumentos para isso era de que a Bíblia dizia que o conhecimento humano aumentaria antes da Vinda de Cristo (RUTHERFORD, 2006). Assim, as sugestões de Bacon com relação à produção do saber eram observar a natureza, para compreendê-la e dominá-la, e voltar às fontes “verdadeiras” de conhecimento, isto é, as dos escritos bíblicos (ROSSI, 1992).

William Aspinwall, tal como Bacon, preferia confiar nos textos sagrados. Sendo assim, ao confirmar a autoridade da Bíblia, o pentamonarquista procurava conferir legitimidade à sua interpretação da cronologia das bestas e, conseqüentemente, indicar suas previsões para o derradeiro fim da quarta monarquia. A data apontada pelo autor, 1673 (ASPINWALL, 1653:14), então, não representava um ano aleatório para a queda do Anticristo, mas sim o resultado de uma contagem complexa que associava a história às Escrituras. Para Aspinwall, as palavras de Deus dispostas na Bíblia eram infalíveis, portanto, representavam o guia mais eficaz para a compreensão do passado, do presente e do futuro.

Essas três temporalidades imbricavam-se nas reflexões do pentamonarquista. O passado e a história sagrados eram fundamentais para a argumentação milenarista de William Aspinwall, visto que conferiam autoridade às suas ideologias político-religiosas. Essa importância dos eventos pretéritos foi percebida pelos historiadores François Hartog e Reinhart Koselleck como uma ênfase das correntes de pensamento desde a Antiguidade até meados do século XVIII. Hartog estudou a relação dos homens com o tempo, propondo a ideia de *regime de historicidade* como categoria de análise das experiências temporais (HARTOG, 2003). Segundo esta concepção, o autor identificou três *regimes*, o da *historia*

magistra vitae, o moderno e o presentista (HARTOG, 2010)⁸. Interessa-nos, sobretudo, a definição do *regime de historicidade antigo*, ou da *historia magistra vitae*, segundo a qual “(...) a relação entre o passado e o futuro era dominada ou regulada por referência ao passado” (HARTOG, 2003:12). Esta preponderância do passado, de acordo com Koselleck, tinha um sentido pedagógico, pois considerava os feitos pretéritos como exemplos a serem seguidos ou evitados (KOSELLECK, 2006).

Em seus textos, Aspinwall buscava fundamentar suas reflexões pentamonarquistas no passado descrito pela Bíblia. A história sagrada utilizada pelo autor, contudo, não se voltava apenas para o que já havia ocorrido em outras épocas, como também se direcionava ao futuro, visto que o cristianismo era “(...) uma religião da história que girava em torno da história acontecida, eventos registrados e datas conjecturais ou estabelecidas; e girava também em torno da história futura, deduzida de indícios proféticos e indicações bíblicas” (WEBER, 2000:94). Hartog concebeu que o *antigo regime de historicidade* sofreu alterações durante o período em que vigorou, uma delas é considerada como a existência de “(...) um regime cristão, com sua história orientada pela Salvação” (HARTOG, 2003:14), que pressupõe uma atenção especial ao futuro escatologicamente esperado.

A doutrina milenarista de William Aspinwall articulava o passado às ideias sobre as épocas vindouras, centrando-se, sobretudo, na expectativa da chegada do reino de Cristo. É necessário atentar para as particularidades admitidas por essas expectativas proféticas do pentamonarquista durante a Revolução Inglesa. A singularidade do contexto revolucionário parece apontar questionamentos em relação à percepção temporal de Aspinwall. Se em grande medida, os pensadores do século XVII – conforme indicado pelos estudos de Hartog e Koselleck – voltavam-se para o passado a fim de responder às questões de sua época, o período de intensas movimentações políticas e religiosas, compreendido entre as décadas de 1640 e 1660, trouxe questões novas que não eram suficientemente respondidas pelo apelo ao passado.

⁸ Os regimes moderno e presentista equivalem, respectivamente, ao enfoque dado ao futuro, baseado na ideia de progresso, a partir da Revolução Francesa até a Queda do Muro de Berlim; e à atual experiência temporal, iniciada em 1989, na qual o presente tornou-se soberano.

Exemplo dos novos problemas que surgiram na Época Moderna foi a intensificação das relações entre o Velho e o Novo Mundo nos séculos XVI e XVII, a qual teve grande impacto no pensamento (LESTRINGANT, 2006), representando um abalo das certezas dos europeus (CUNNINGHAM, GRELL, 2007:79). No caso da Inglaterra, foi em meados das décadas de 1620 e 1630 que o processo de consolidação da colonização dos domínios americanos efetivou-se, firmando-se, sobretudo, nas iniciativas de empresas e de colonos puritanos (KARNAL, 2007). Paralelamente a isso, somavam-se as tensões políticas e religiosas vivenciadas pela Inglaterra. Nosso caso pode aproximar-se do que fora observado por François Hartog a respeito das agitações e conflitos que ocorreram na França, entre 1570 e 1580. O autor observou que as questões colocadas pelo Novo Mundo e pelas crises despontaram uma preocupação entre os intelectuais sobre como interpretar essas mudanças, causando certa “(...) ansiedade acerca da história e do tempo” (HARTOG, 2003:18). Nesse contexto, segundo o autor, alguns intelectuais buscaram outras maneiras de abordar a história e constituíram algumas outras relações temporais, nas quais os pensadores pesquisados por Hartog simultaneamente utilizavam os princípios da *historia magistra vitae* e também os questionavam (*Idem*:17-20).

A constatação de Hartog auxilia-nos a refletir sobre o caso de William Aspinwall. O pentamonarquista estava inserido em uma sociedade cujas estruturas e ordem foram abaladas. A sensação de que o mundo estava de ponta-cabeça reclamava diferentes possibilidades de compreensão, as quais não eram suficientes se baseadas exclusivamente no passado. O futuro, nesse sentido, manifestava-se como uma forma de apreensão do mundo. E o futuro no qual Aspinwall e os Homens da Quinta Monarquia se baseavam era iminente, pois, no caso do milenarismo, pensava-se que esse “(...) tempo perfeito virá certamente para os que acreditam na vontade redentora e justiceira de Deus, ou então, numa perspectiva mais imanente, acabará inelutavelmente por se realizar com o próprio devir (submetido ou não a leis científicas) da história” (REIS, 2007:318).

Ainda que esse futuro fosse uma certeza para os fiéis, a crença no milenarismo poderia desembocar em duas posições divergentes: a espera passiva pela Segunda Vinda ou a preparação ativa para a sua consolidação (*Idem*:321-322). Os Homens da Quinta Monarquia

seguiram a segunda possibilidade, eles estavam dispostos a acelerar a chegada do Milênio. Segundo José Eduardo Reis, eles “(...) viram-se a si mesmos como a legião, a vanguarda, dos seres escolhidos para precipitarem o derrube da ‘fourth monarchy’ (...) e promoverem as condições para a implantação da ‘fifth monarchy’” (*Idem*:373). Essa aceleração da decadência da quarta monarquia, conforme o estudo de Bernard Capp, era embasada nas propostas de transformações políticas, sociais, administrativas, econômicas, morais, jurídicas e religiosas; e no uso da violência, legitimado por alguns pentamonarquistas, caso houvesse um chamado divino que lhes indicasse a necessidade de pegar em armas (CAPP, 2008a). Aspinwall não era favorável à utilização de meios violentos para alcançar o Milênio, mas considerava duas possibilidades: 1) a transformação da sociedade, usando as leis mosaicas, provenientes de fontes divinas, como instrumentos jurídicos e administrativos, que preparariam a Inglaterra para a Segunda Vinda (ASPINWALL, 1656); e 2) a destituição de todos os resquícios do poder monárquico na Inglaterra (ASPINWALL, 1654:36). Essas tarefas representavam, para o autor, esforços para a aceleração da queda da quarta monarquia e, conseqüentemente, para o advento do Milênio.

Pressupondo, então, esse espaço para a ação humana, Aspinwall – em sua percepção do tempo – não considerava apenas a autoridade do passado e a inexorabilidade do futuro escatológico, mas dava centralidade à atuação das pessoas no presente. Era no presente em que as profecias podiam ser identificadas e cumpridas. Quando Aspinwall escreveu a Cromwell em 1653, dizendo-lhe que “(...) these are times of accomplishment of Prophesies” [(...) esses são tempos de cumprimento de profecias] (ASPINWALL, 1654:s.n.p.)⁹, ele se referia à sua contemporaneidade, na qual homens e mulheres poderiam agir para auxiliar os desígnios de Deus e abreviar a marcha da história em direção à Salvação.

Essa possibilidade de acelerar o tempo e proporcionar a chegada da Quinta Monarquia, portanto, fundamentava-se fortemente no conhecimento da história sagrada. Era preciso conhecer os atos de Deus por meio da Bíblia (POCOCK, 1970) e interpretá-los para saber como proceder no presente para tornar real o futuro esperado escatologicamente. Esse estudo do passado era feito por Aspinwall a partir da interpretação da Bíblia e da utilização de

⁹ Tradução livre.

analogias e proporções, o que aproximava os eventos históricos das narrativas bíblicas. Por meio dessa leitura da história sagrada, o autor podia aplicar às civilizações antigas (babilônica, persa e meda, grega e romana) as profecias das quatro bestas; bem como interpretar sua própria época à luz dos prognósticos de queda da última monarquia mundana. Passado, presente e futuro relacionavam-se nos escritos milenaristas de William Aspinwall, fornecendo as bases para a construção de seus planos político-religiosos para alcançar a sociedade ideal descrita nos sonhos proféticos do Livro de Daniel.

Referências Documentais e Bibliográficas

Fontes

ASPINWALL, William. *A brief description of the Fifth Monarchy, or KINGDOME that shortly is to come into the World: The Monarch, Subjects, Officers, and Lawes thereof, and the surpassing Glory, Amplitude, Unity, and Peace of that Kingdome*. London: Printed by M. Simmons, and are to be sold by L. Chapman, 1653.

_____. *An Explication and Application of the Seventh Chapter of DANIEL: With a Correction of the Translation*. London: Printed by R.I. for Livewell Chapman, at the Crown in Popes-head Alley., 1654.

_____. *The legislative povver is Christ's peculiar prerogative*. London: Printed for Livewell Chapman, at the Crown in Popes head alley, 1656.

_____. *The work of the age: or, the sealed prophecies of Daniel opened and applied*. London: Printed by R.I. for Livewell Chapman, and are to be sold at the sign of the Crown in Popes-head Alley, 1655.

GOODWIN, Thomas. *Peace protected, and discontent dis-armed (...)*. London: Printed by I. Macock, for H. Cripps, and L. Lloyd, and are to be sold at their shop in Popes-head Alley, 1654.

Bibliografia

ACHINSTEIN, Sharon. "Texts in Conflict: the press and the Civil War" In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BREMER, Francis J. "Aspinwall, William (d. in or after 1662), merchant and separatist leader in America" In: *Oxford Dictionary of National Biography*, 2004. Disponível on-line em: Oxford Dictionary of National Biography <<http://www.oxforddnb.com/view/article/76217>>, acessado em 02/06/2011.

BROWN, Louise Fargo. *The Political Activities of the Baptists and the Fifth Monarchy Men in England during the Interregnum*. Washington: American Historical Association, 1912.

CAPP, Bernard. "'A Door of Hope' Re-opened: the Fifth Monarchy, King Charles and King Jesus". *Journal of Religious History*, Vol.32, Issue 1, 2008. pp.01-30.

_____. *The Fifth Monarchy Men: a study in seventeenth century english millenarianism*. London: Faber Finds, 2008.

CORNS, Thomas N. "Radical Pamphleteering" In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CUNNINGHAM, Andrew; GRELL, Ole Peter. *The Four Horsemen of the Apocalypse: religion, war, famine and death in Reformation Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GOFF, Matthew. "The Millennial Scientist: Isaac Newton Reading Daniel 7" In: Annual Conference of the Center for Millennial Studies, 3, 1998. Boston. *Knowing the Time, Knowing of a Time*. Boston: Boston University, 1999. Disponível on-line em: Center of Millennial Studies <<http://www.bu.edu/mille/publications/Confpro98/confprodec98.html>>, acessado em 08/11/2012.

HARTOG, François. "Historicité / regimes d'historicité". In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (orgs). *Historiographies, II – Concepts et débats*. Paris: Folio Histoire, 2010.

HARTOG, François. "Tempo, história e escrita da história: a ordem do tempo". *Revista de História*, 148. 2003. pp.09-34.

HILL, Christopher. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. *O Mundo de Ponta-Cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *O Século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Unesp, 2012.

- JUE, Jeffrey K. *Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638) and the Legacy of the Millenarianism*. Netherlands: Springer, 2006.
- KARNAL, Leandro. “A Formação da Nação” In: _____ [et all]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.
- LESTRINGANT, Frank. “O Conquistador e o Fim dos Tempo” In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Markus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- MACLEAR, J. F. “New England and the Fifth Monarchy: the quest of the Millennium in Early American Puritanism”. *The William and Mary Quartely*, Third Series, Vol.32, No.2 (Apr. 1975), pp.223-260.
- MILLER, Perry. *The New England Mind – The seventeenth century*. Cambridge/Massachusetts/London: Belknap Press of Harvard University Press, 1982.
- POCOCK, J. G. A. “Time, History and Eschatology in the Thought of Thomas Hobbes” In: ELLIOTT, K. H.; KOENIGSBERGER, H. G. *The Diversity of History: essays in honour of Sir. Herbert Butterfield*. London: Routledge/Kegan Paul Ltd., 1970.
- PUMFREY, Stephen. “The History of Science and the Renaissance Science of History” In: PUMFREY, Stephen; ROSSI, Paolo; SLAWINSKI, Maurice (eds.). *Science, Culture and Popular Belief in Renaissance Europe*. Manchester/New York: Manchester University Press, 1991.
- REIS, José Eduardo. *Do espírito da utopia: lugares utópicos e eutópicos, tempos proféticos nas culturas literárias portuguesa e inglesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- ROBBINS, Stephen Lee. *Manifold Afflictions: the life and the writings of William Aspinwall, 1605-1662*. Tese de Doutorado em Filosofia, Faculty of the Graduate College of the Oklahoma State University, Jul/1988.
- ROSSI, Paolo. *A Ciência e a Filosofia dos Modernos*. São Paulo: Unesp, 1992.
- RUTHERFORD, Donald. “Innovation and orthodoxy in early modern philosophy” In: _____ (org.). *The Cambridge Companion to Early Modern Philosophy*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SOLT, Leo F. “The Fifth Monarchy Men: Politics and the Millenium”. *Church History*, Vol. 30, No. 3 (Sep., 1961), pp. 314-324.

WEBER, Eugen. *Após o Apocalipse: crenças do fim (e recomeço) de mundo*. São Paulo: Mercuryo, 2000.

WHITROW, G. J. *O Tempo na História: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.